



**EIXO TEMÁTICO:**

- |  |   |  |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade                 | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade                | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade      | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input checked="" type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade |   |  |

## **Arquitetura Cafeeira do Sul do Espírito Santo: o casario histórico de Muqui**

*Architecture coffee South of the Espírito Santo: the historic houses of Muqui*

*Arquitectura del Café del Sur del Espírito Santo: las casas históricas de Muqui*

PESSOTTI, Luciene (1)

(1) Professora Doutora, Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Vitória, ES, Brasil; email: [luciene.pessotti@terra.com.br](mailto:luciene.pessotti@terra.com.br)



## **Arquitetura Cafeeira do Sul do Espírito Santo: o casario histórico de Muqui**

*Architecture coffee South of the Espírito Santo: the historic houses of Muqui*

*Arquitectura del Café del Sur del Espírito Santo: las casas históricas de Muqui*

### **RESUMO**

O município de Muqui, localizado no sul do Estado do Espírito Santo, possui o maior acervo arquitetônico tombado em nível estadual com edifícios em estilo Eclético e Art Déco. O sítio possui referências urbanísticas relevantes, assim como, rica inserção paisagística. No ano de 2008 foi elaborado o Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico do Sítio Histórico de Muqui, no âmbito do IPHAN. Objetiva-se apresentar neste artigo os aspectos abordados neste estudo e apresentar o casario histórico de Muqui, problematizando os critérios e instrumentos de preservação, proteção e gestão do sítio histórico no âmbito estadual e federal, tendo em vista a relevância deste acervo para o estado do Espírito Santo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura, Ciclo cafeeiro, Patrimônio cultural

### **ABSTRACT**

*The municipality of Muqui, located in the southern state of Espírito Santo, has the largest collection architectural overthrown at the state level with Eclectic style buildings and Art Deco. The site has references relevant town planning, as well as rich landscape insertion. In 2008 the survey was prepared and Diagnosis Urban History Site History Muqui within IPHAN. We report in this article the issues addressed in this study and present the historic houses of Muqui, discussing the criteria and tools for preserving, protecting and managing the historic site under state and federal levels, taking into account the relevance of this collection for the state of Holy Spirit.*

**KEY-WORDS:** Architecture, coffee cycle, Cultural heritage

### **RESUMEN**

*El municipio de Muqui, situada en el sur del estado de Espírito Santo, el patrimonio arquitectónico más grande ha caído al nivel estatal con los edificios en el ecléctico estilo Art Deco. El sitio cuenta con referencias urbanísticas significativas, así como la inserción rico paisaje. En 2008 la Encuesta Histórico y Diagnóstico de Urban Sitio Histórico Muqui se preparó bajo la IPHAN. Tiene como objetivo presentar en este artículo los aspectos cubiertos en este estudio y presentar las casas históricas de Muqui, cuestionando los criterios y herramientas para la conservación, la protección y la gestión del sitio histórico en el nivel estatal y federal, teniendo en cuenta la relevancia de esta colección para el estado de Espírito Santo.*

**PALABRAS-CLAVE:** Arquitectura, ciclo del café, del Patrimonio Cultural

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar o resultado do Relatório Técnico constando de todas as informações levantadas, devidamente interpretadas, sistematizadas e ilustradas, do *Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui – Espírito Santo, Brasil*, elaborado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por uma equipe composta de profissionais formada por arquitetos, um historiador e estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenada pela autora deste artigo.

*O Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui – Espírito Santo, Brasil*, teve como objetivo identificar as principais características urbanas, arquitetônicas e paisagísticas de um dos mais representativos núcleos urbanos associados ao ciclo do café do Estado.

*O Levantamento* teve como objetivo subsidiar o IPHAN, para instrumentalizar o processo de tombamento em nível federal do conjunto histórico e paisagístico de Muqui, e adotou os critérios metodológicos utilizados por essa instituição para levantamento de dados em campo através do uso das fichas do INBI-SU, metodologia de inventário de sítios urbanos tombados.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS

O município de Muqui situa-se na região geográfica sul do estado do Espírito Santo, na Mesorregião Sul Espírito-Santense, e na Microrregião Cachoeiro de Itapemirim. Sua distância até a capital do Estado, Vitória, é de 164km. O município limita-se ao norte com Cachoeiro de Itapemirim, a noroeste com Jerônimo Monteiro, ao sul e a oeste, com Mimoso do Sul, ao leste, com Atilio Vivacqua (IJSN, 2008). O município possui uma extensão territorial de 327km<sup>2</sup>, e encontra-se aproximadamente a 235m acima do nível do mar. É representado pelas seguintes coordenadas geográficas: 20º 57' 07" de latitude sul e 41º 20' 45" de longitude oeste (IBGE, 2007).

Data do século XIX, aproximadamente o ano de 1850, o momento de desbravamento do solo da região que iria dar origem ao município de Muqui (IBGE, 1985).

Segundo dados do IBGE (1985), inicialmente, as terras do município eram habitadas pelos índios Puris, que lá permaneceram até fins de 1858. Sobre a colonização efetiva da região, a informação dada é que em meados do século XIX, fazendeiros procedentes do Vale do Paraíba fixaram-se no nas áreas baixas da serra dos Pirineus, no Vale do Sumidouro (RAMBALDUCCI, 1991).

Diz-se colonização efetiva da região, pois, conforme os dados históricos da ocupação sul do Espírito Santo, a região no entorno da Vila do Itapemirim já vinha sendo explorada e ocupada desde o século XVII, consolidando este processo ao longo dos séculos XVIII e XIX. A cultura do café seria, então, um segundo momento neste processo de exploração econômica e que influenciou definitivamente na consolidação da ocupação da região sul do estado (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).

A historiografia capixaba remete-se a ocupação do sul referenciando sempre a região às margens dos dois principais rios da região, o Itapemirim e o Itabapoana, citando como principais focos urbanos a Vila de Itapemirim (1815), Castelo (criação do distrito em 1881), regiões que começaram a ser ocupada no período de transição entre o final do período colonial

e a fase imperial (RUBIM, 1900; CUNHA, 1844).

Estudos sobre a cultura do café, entretanto, trazem informações mais precisas. A grande extensão territorial do Espírito Santo, excetuando-se o litoral esparsamente ocupado nos séculos XVI, XVII e XVIII, começou a ser ocupada no século XIX, em virtude da cultura cafeeira (RUBIM, 1900; CUNHA, 1844).

Assim, o fator decisivo da ocupação urbana de Muqui no final da segunda metade do século XIX, teria sido a organização de diversas fazendas de café, tendo em vista que entre 1815 e 1820 o Governador Francisco Alberto Rubim incentivou e promoveu a abertura de caminhos na região sul, facilitando a entrada de tropeiros no sertão espírito-santense (RUBIM, 1900).

Logo, a região escolhida pelo caboclo João Morumbá, por volta de 1850, denominada de Ribeirão do Sumidouro, para o plantio de café, já era conhecida pelos antigos desbravadores. Posteriormente, José de Souza Werneck (1807–1891), considerado como descendente dos Barões de Ipiabas, oriundo de Valença, adquiriu os direitos de Morumbá, e tornou-se proprietário da Bacia do Sumidouro (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).

Surge então, a primeira fazenda da região: Fazenda Santa Tereza, posteriormente denominada de Fazenda Santa Tereza do Sumidouro, que se tornou o epicentro da vida rural, localizada no sopé da serra dos Pirineus. Anos depois esta mesma fazenda dá origem a duas outras, Providência e Alpes. Nesta mesma bacia, surgiram, posteriormente, outras fazendas: Macedônia; Progresso; Monte Carmelo; Orange; Fortaleza; Candura e Alpes (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).

A partir da implantação da Fazenda Santa Tereza do Sumidouro são organizadas diversas fazendas na região, a saber: São Francisco, as margens do Ribeirão do Muqui do Norte; Fazendas Reunidas João Vieira Fraga S.A.; Boa Esperança; Entre Morros; Santa Rita; São João; Primavera; Bom Destino; Saudade (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).

Desta forma, ao longo do último quartel do século XIX são organizadas diversas fazendas na região denominada Bacia do Sumidouro. A principal consequência, então, é a organização da vida urbana no entorno destas estruturas rurais. Assim, João Jacinto da Silva, proprietário da Fazenda Boa Esperança, teria autorizado o comerciante Ribas, de origem espanhola, a implantar um estabelecimento comercial, o que viria a se constituir como um ponto de trocas comerciais para os habitantes da região. Posteriormente, estabeleceram-se outros pontos comerciais, organizados pelo português Joaquim José Pereira Bastos, e por Francisco Rizzo e Francisco Siano (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).

No ano de 1853, colonizadores da região fundaram as margens do ribeirão Muqui uma pequena povoação, que foi denominada de Arraial dos Lagartos. Em 1876, Benedicto Fidelis, mineiro, chega ao arraial e, entre 1877 e 1887, instalou-se o comércio de Ribas, acima citado. Assim, observa-se que o fenômeno da vida rural dá origem ao fenômeno da vida urbana. Surgiram, assim, o Distrito de São Gabriel de Muquy, hoje Camará, e o Arraial dos Lagartos à beira do Ribeirão Muquy, primeiros núcleos urbanos (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).

Desta forma, observa-se que até 1912, ano que foi criado pela Lei nº 826, de 22 de outubro, o município de São João do Muquy, desanexado do município de Cachoeiro do Itapemirim, teve toda a vida urbana organizada em torno da principal atividade econômica: o café (MENDONÇA, 1989; RAMBALDUCCI, 1991).



Os principais acontecimentos que aceleraram a vida urbana foram, a saber: (1) a criação da agência postal em 1888; (2) a chegada à vila, em 1901, das primeiras pontas de trilho da estrada de ferro; (3) a inauguração da Estação Leopoldina, em 1902, ocasião em que o Arraial passa a se chamar Muquy. Neste mesmo ano foi construída a primeira capela religiosa, consagrada pelo Bispo D. João Nery.

As transformações econômicas que ocorreram no século XIX foram observadas por Júlia Lopes de Almeida, romancista e contista, que visitou o Espírito Santo durante o governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), e parece ter ficado impressionada com o desenvolvimento local. Segundo a romancista, no Estado do Espírito Santo, havia um tão grande movimento de progresso e de transformação. O Governo viabilizava a navegação a vapor pelos rios Doce e Itapemirim, facilitando a ocupação do interior, bem como, as construções de estradas de ferro que atravessam regiões férteis; e tudo em vários pontos do Estado, simultaneamente (SOUZA; PESSOTTI, 2008).

Tais transformações possibilitaram que em pouco tempo um pequeno arraial se transformasse em um núcleo urbano que viria se organizar e ter vida política e administrativa própria. O território atual de Muqui fazia parte de Cachoeiro de Itapemirim, figurando como distrito de São Gabriel de Muqui. Em 22 de outubro de 1912 Muqui foi elevada à categoria de município, e sua sede foi elevada à categoria de cidade, através da Lei de nº 1.385 de 05 de julho de 1923. Em 24 de junho de 1955 foi criada a comarca de Muqui, selando sua emancipação jurídica com sua instalação em 16 de agosto do mesmo ano (MENDONÇA, 1989).

Data de 1912 a criação do Código de Posturas Municipais, marco da preocupação, entre outros aspectos, do ordenamento da vida urbana. Desta forma, data de 1912 a construção do cemitério público, de 1914 o abastecimento de água potável a população e, a disponibilização do serviço de iluminação elétrica. Entre 1920 e 1921, iniciou-se o serviço telefônico aproveitando-se os postes da rede elétrica, inicialmente entre Muqui e Mimoso (RAMBALDUCCI, 1991).

Em 10 de março de 1914 é inaugurado o prédio da Câmara Municipal, sendo que, um dos primeiros trabalhos urbanos realizados no município após sua criação foi a construção de passeio na Rua Vieira Machado, autorizado através do Decreto nº 10 de 2 de outubro de 1913 (RAMBALDUCCI, 1991).

Em virtude do acentuado crescimento econômico das fazendas da região de Muqui, o núcleo urbano que surge de forma incipiente para atender trocas comerciais torna-se uma vila e, posteriormente, um município onde se ostentava a riqueza do café.

### **PATRIMÔNIO IMATERIAL, HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES**

O município de Muqui é conhecido não só pelo seu sítio histórico, com casario arquitetônico de relevância local, bem como, por suas manifestações culturais, que são conhecidas em todo o Estado, e mesmo com destaque nacional.

Uma festa tradicional, que é o Carnaval do Boi Pintadinho, é uma das principais atrações culturais de Muqui e tem suas raízes nas festas do Boi Bumbá provavelmente em decorrência das atividades de criação de gado na região desde o período colonial, e em Muqui, especificamente, a partir da década de 1950 (SEBRAE, 2005).

Segundo a historiografia a festa do Boi Pintadinho ainda estaria relacionada a presença do carro do boi na região, inserido no local por José de Souza Pinheiro de Souza Werneck



(LOBATO, 1968). O carnaval é composto de cerca de 20 blocos, cada um com seu boi, que percorrem o centro histórico da cidade com todo um ritual que faz parte das tradições populares do Brasil.

#### *Patrimônio cultural preservado*

Dando continuidade ao trabalho realizado pelo IPHAN, o Governo do Estado do Espírito Santo realizou o tombamento do casario do Sítio Histórico de Muqui, considerando a relevância do conjunto arquitetônico do Ciclo do Café.

O Sítio Histórico de Muqui é um dos conjuntos urbanos mais significativos, associado ao ciclo econômico do café, com exemplares arquitetônicos relevantes na história da arquitetura do Espírito Santo, e do Brasil, pela relação do ambiente rural com a produção urbana, com casario em diferentes estilos, notadamente o Art Déco e o Ecletismo.

No ano de 2008 o IPHAN iniciou o processo de estudo do Sítio Histórico de Muqui, que compreendeu a realização de uma pesquisa histórica, acompanhada da elaboração de um diagnóstico urbanístico e do conjunto arquitetônico, visando a análise do seu estado de conservação. O estudo tinha como objetivo, também, subsidiar a definição de parâmetros de proteção legal para Muqui.

Para a realização deste serviço o IPHAN orientou a aplicação do INBI-SU, que se constitui numa metodologia de inventário de sítios urbanos tombados, desenvolvida pelo próprio órgão, e que se desenvolve com três abordagens distintas e inter-relacionadas: a pesquisa histórica, coletando informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio; os levantamentos físico-arquitetônicos, registrando as características e condições físicas de cada edificação; e através das entrevistas com os moradores e usuários, abordando dados socioeconômicos e registrando as opiniões sobre a cidade onde vivem. Em 2008 foram desenvolvidas as duas primeiras abordagens, com o levantamento do conjunto arquitetônico por quadra, visando analisar suas características morfológicas e formais, com vistas a preservação e manutenção de seus aspectos relevantes (volumetria, estilo, afastamentos, etc.).

No ano de 2009 o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), inicia o processo de tombamento do Sítio Histórico de Muqui, com a aplicação da metodologia de inventário de sítios urbanos desenvolvida pelo IPHAN, já com atualizações divulgadas no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, ocorrido em dezembro deste mesmo ano na cidade de Ouro Preto.

Para tanto foi realizado o Inventário de Conhecimento do acervo arquitetônico e urbanístico de Muqui, objetivando a análise da caracterização externa dos imóveis com vistas a sua proteção legal, seja através do instrumento do tombamento, seja através do instrumento do inventário.

#### *Aspectos metodológicos e legais*

Para dar continuidade as ações de proteção e preservação do Sítio Histórico de Muqui foi realizado a partir do mês de janeiro de 2009, o Inventário de Conhecimento de todos os seus imóveis urbanos que apresentam valor histórico e estético.

Um Inventário de Conhecimento (ou de varredura), conforme define o órgão que o elaborou, o IPHAN, é qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, que identifique e cadastre as ocorrências

materiais ainda existentes, apontando a necessidade de estudos mais detalhados.

Os inventários de conhecimento ou varredura funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização. Para a proteção, devem ser utilizados os diversos instrumentos existentes, tanto em nível federal, como estadual e/ou municipal, aplicados de forma compartilhada.

Para atingir os objetivos do Inventário de Conhecimento foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos, a saber:

- 1) Análise das transformações do Sítio Histórico de Muqui, notadamente, seu acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, considerando as informações do *Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui – Espírito Santo, Brasil*, coordenado pela 21 SR IPHAN, em 2008;
- 2) Levantamento fotográfico da(s) fachada(s), especialmente as fachadas frontais, ou aquelas que demonstram o aspecto formal/estilístico do edifício histórico;
- 3) Identificação dos materiais construtivos externos;
- 4) Breve descrição arquitetônica do edifício histórico, visando registrar os traços mais relevantes de seus aspectos tipológicos, morfológicos e estilísticos;
- 5) Análise geral do estado de conservação e do grau de descaracterização dos imóveis;
- 6) Sistematização das informações em fichas padrão utilizadas no INBI-SU, de autoria do IPHAN, e disponibilizadas para os estados e municípios de todo o Brasil, através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG;

O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, conforme definição do IPHAN, é um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil.

Cabe ressaltar, que objetivando a sistematização de dados mais eficiente e de melhor percepção pelos usuários as fichas de Inventário de Conhecimento do modelo do SICG tiveram suas informações sistematizadas de forma diferente, evitando-se textos longos e optando-se por identificação em tabela com a marcação de um “X”, nos campos de identificação do estado de conservação e do grau de descaracterização dos imóveis.

Após este levantamento e sistematização das informações foram identificados os imóveis mais relevantes e em melhor estado de conservação, considerando, também, aqueles que possuem menor grau de descaracterização no conjunto da obra.

De acordo com o relatório do Inventário de Bens Móveis elaborado em 1999, a justificativa do tombamento municipal do casario de Muqui se justifica por duas vertentes conceituais: a econômica e a estilística.

Cabe ressaltar, que uma das principais potencialidades e instrumento de valorização de Muqui é sua diversidade tipológica, devido as diferentes fases de construção de seu conjunto urbano, influenciadas pelos ciclos econômicos, onde diferentes estilos foram utilizados.

No total, o número de casario que foi inventariado em Muqui na década de 1990 é de 542 imóveis. Dentro deste universo, 164 imóveis são tombados, em cinco níveis distintos de

proteção, que perfaz 29,77% do total inventariado; 85 imóveis foram notificados e não tombados, em cinco níveis distintos de interesse de preservação, que perfaz 15,43% do total inventariado; 273 imóveis não foram notificados, em cinco níveis distintos de interesse de preservação, que perfaz 49,55% do total inventariado; 6 imóveis não notificados, não tombados, que perfaz 1,08% do total inventariado; 20 imóveis que foram inventariados, mas não foi definido o nível de proteção, que perfaz 3,63% do total inventariado; 3 terrenos, em dois níveis distintos de interesse de preservação.

Deste universo percebe-se que uma parcela significativa de imóveis que não foram tombados, mas identificados com níveis distintos de proteção. Neste sentido, coube, como uma avaliação mais profunda do casario inventariado e o estabelecimento de novos critérios de análise para sua preservação, visando uma conclusão sobre a proteção do acervo arquitetônico de Muqui.

Visando a proteção legal do acervo material (bens móveis e imóveis) do município, notadamente, do casario histórico, foi promulgada no âmbito municipal a Lei nº 070/99, publicada em 06 de outubro do mesmo ano. A lei "*Dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui e dá outras providências*", e ressalta a necessidade de preservação de bens imóveis, e os sítios naturais e paisagens, que deverão ser registrados em Livros de Tombo da prefeitura.

Visando formular a Política Municipal de Cultura foi instituída, também, no município, a Lei nº 067/99 que "*Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências*", publicada em 06 de outubro do mesmo ano. Com o objetivo de implementar ações de valorização do turismo no município foi promulgada a Lei nº 068/99, publicada em 06 de outubro do mesmo ano. A lei "*Cria o Fundo Municipal do Desenvolvimento do Turismo do Município de Muqui (FUNDETUR) e dá outras providências*", e ressalta a necessidade captação e gestão de recursos para o desenvolvimento do turismo local, inclusive sua divulgação em nível internacional, nacional e regional. Alguns anos depois, no ano de 2001 são promulgadas três leis que visam incrementar uma política de valorização ambiental e cultural do município. A Lei nº 114, publicada em 20 de setembro de 2001, que "*Dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável e cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável*", e está centrada, no trinômio - Integração, Sustentabilidade, Viabilidade Econômico-Social, visando uma integração com as ações de preservação e desenvolvimento sustentável em âmbito regional. A Lei nº 115, publicada em 20 de setembro de 2001, que "*Cria o corredor de Preservação do Rio Muqui nas áreas urbana e rural e dá outras providências*", que visa a preservação e implantação de programas de controle de implantação de nascentes e leito do Rio Muqui, e fixa em 200 metros ao longo das nascentes e leito do rio. A Lei nº 116, publicada em 20 de setembro de 2001, que "*Cria Unidades de Preservação Municipal e dá outras providências*", visa a preservação de áreas de interesse ambiental, a saber: Mata do Matadouro, próximo a Rua Honório Fraga; Mata do Boi; e, Mata da Igreja. A preservação destas áreas foi de suma importância, pois, integram a paisagem urbana do setor histórico de Muqui.

Na etapa, realizada pela SECULT-ES, foram identificados através do Inventário de Conhecimento todos os imóveis com características históricas e formais relevantes, ainda que as edificações apresentem descaracterizações e intervenções que comprometam a sua integridade.

Assim, após o levantamento em campo foram selecionados imóveis para proteção através do instrumento do tombamento, e outros através do instrumento do inventário.

No total foram tombados 173 imóveis e inventariados 90 imóveis. Desta forma, Muqui constitui-se o maior conjunto urbano, ou seja, o maior sítio histórico protegido do Estado do

Espírito Santo, com 263 imóveis identificados com valor históricos e estético.

### **CRITÉRIOS PARA O TOMBAMENTO DO CASARIO DO SÍTIO HISTÓRICO DE MUQUI**

Inicialmente ressalta-se que o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, ou seja, pela União, pelo Governo do Estado ou pelo município. O tombamento tem como objetivo preservar, através de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental. O instrumento legal do tombamento é um dos recursos mais utilizados para a preservação da memória e para que os bens culturais não sejam destruídos ou descaracterizados. Logo, o tombamento auxilia para que as intervenções em bens culturais venham acompanhadas de critérios específicos voltados para sua preservação e conservação.

Neste sentido, foram adotados como premissas necessárias para o tombamento dos bens culturais imóveis de Muqui a presença dos seguintes atributos relativos ao bem cultural, a saber:

#### *Autenticidade*

A autenticidade é considerada como um atributo do bem cultural, que confere importância ao seu valor como documento. A autenticidade não está relacionada apenas ao material construtivo, mas também à forma estilística (composição estética), técnica construtiva, função e lugar de implantação paisagística. A autenticidade quando associada com o bem cultural, é uma premissa que nos permite relacionar o conhecimento profundo dos elementos construtivos, tipológicos e ornamentais das edificações a uma cultura de uma determinada época. A matéria autêntica é um importante atributo dos bens culturais materiais, que atesta a sua singularidade e sua permanência no tempo. No que tange ao espaço urbano, a autenticidade se caracteriza pela relação dos monumentos arquitetônicos e a paisagem que o envolve, e mesmo das áreas não edificadas, como nos jardins e outros elementos compositivos do espaço.

A autenticidade é considerada no âmbito da preservação do patrimônio cultural como um dos principais atributos necessários para o reconhecimento de valor dos bens culturais, pois lhe confere a noção de veracidade, ou seja, o bem cultural é reconhecido também pelo real valor de todos os seus elementos constitutivos originais.

#### *A instância histórica*

Segundo a Teoria da Restauração formulada por Cesari Brandi, a obra de arte, como podem ser definidos os bens culturais imóveis, possuem dupla historicidade. No primeiro aspecto o bem cultural arquitetônico deve conter referências históricas que o remetam a um local de implantação e a um momento temporal da sua criação, e, também, a sua relação com o seu autor ou construtor naquele momento histórico. Na segunda instância o bem cultural deve ter uma relação de significado no tempo atual, a partir da forma como ocorre a sua percepção e sua interação com o a dinâmica social em que se encontra.

Em se considerando que os bens imóveis arquitetônicos e os espaços urbanos têm um caráter fixo, imutável em sua implantação geográfica, deve-se considerar, por este viés teórico, que o surgimento de um do casario (momento de criação), isoladamente como edificação, ou em conjunto (arquitetônico), tem uma relação de significado com as condicionantes do momento socioeconômico que nortearam a sua construção (ciclo econômico do café) e a formação urbana onde se insere. Deve-se considerar também a forma com que a implantação no sítio



geográfico determinou a relação dos seus elementos morfológicos (ruas, edificações, praças, entre outros) criando uma ambiência em que se apresenta. Contemporaneamente o Sítio Histórico de Muqui tem uma relação peculiar de percepção, valorizada pela relação da morfologia urbana com o casario, e em especial com a geomorfologia local. Pode-se ainda associar-se a este aspecto a apropriação sociocultural diferenciada e própria do tempo atual, pois, a população local possui fortes referências com o processo de consolidação do sítio histórico.

### 3 CONCLUSÃO

O tombamento do Sítio Histórico de Muqui foi um importante marco na preservação do patrimônio cultural do Espírito Santo, seja pela sua relevância arquitetônica e urbanística, seja, pela importância de suas manifestações culturais, além de considerar também a relevância de seu contexto paisagístico.

O processo de tombamento do Sítio Histórico de Muqui reflete um importante avanço nas questões metodológicas, conceituais e culturais, pois, incorpora todo o amadurecimento e riqueza do debate contemporâneo no que tange a salvaguarda de conjuntos históricos urbanos no país.

O IPHAN e a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) utilizaram os métodos mais atuais de levantamento e diagnóstico para avaliar o potencial arquitetônico, urbanístico e paisagístico local.

Apesar de sua riqueza singular o sítio não recebeu tombamento federal. A SECULT, entretanto, reconheceu através do instrumento do tombamento o valor do casario e do sítio histórico.

Esse reconhecimento foi um marco na preservação da memória dos bens culturais materiais do Espírito Santo e abriu caminho para o amadurecimento das políticas de preservação do estado.

Muqui possui hoje o maior acervo arquitetônico tombado pelo estado do Espírito Santo e testemunha a história da arquitetura, do urbanismo e econômica local.

### REFERÊNCIAS

- CUNHA, Francisco Manoel da. Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania, do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo Azevedo, 23/6/1811. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 6:461-466, 1844.
- BRANDI, Cesari. Teoria da Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Cidades*. 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acessado em julho de 2008.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Coleção Monografias Municipais. Nova Série, n 299. Setembro de 1985.
- LOBATO, Ana Bettero Monteiro. *Folclore*. Vitória, ano XIX, nº 84, janeiro/junho de 1968.
- MENDONÇA, Paulo Henriques de. *Muqui. Cidade Menina, 1850-1989*. Vitória, SAGRAF Artes Gráficas Ltda, 1989.
- Núcleo de Estudos e de Difusão de Floresta e Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável (NEDTEC)/Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo (CCA-UFES), 2008. Disponível em: <http://www.nedtec.ufes.br/geo/produtos.htm>. Acessado em agosto de 2008.
- RAMBALDUCCI, Ney Costa. *Muqui. Passado de Glória, Futuro de Esperança*. Rio de Janeiro, Edições Achiamé Ltda, 1991.



- RUBIM, Brás da Costa. Dicionário topográfico da província do Espírito Santo. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 1862. Tomo XXV, p. 597-648.
- RUBIM, Francisco Alberto. Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900, p. 161-84.
- SEBRAE (SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). *Inventário da Oferta Turística do Município de Muqui/2005*. Espírito Santo, Governo do Estado do Espírito Santo, 2005.
- SEBRAE (SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). *LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS – PDLS (Plano de Desenvolvimento Local Sustentável)*. Espírito Santo, Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.
- SOUZA, Alfredo; PESSOTTI, Luciene. *Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui – Espírito Santo, Brasil*. Vitória: 21 SR IPHAN, 2008.